

SOCIEDADE

Universidade do Porto condenada por assédio moral a professora

Instituição e três professores da Faculdade de Medicina foram condenados a pagar uma indemnização de 30 mil euros a uma docente que ali trabalhou entre 2004 e 2011. Reitoria já apresentou recurso

Justiça
Samuel Silva

A Universidade do Porto (UP) e três professores da Faculdade de Medicina (FMUP) foram condenados por assédio moral no local de trabalho a uma docente que ali deu aulas, entre 2004 e 2011. O Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) do Porto fixou também uma indemnização por danos patrimoniais de 30 mil euros, que terão de ser assumidos em partes iguais pelos quatro condenados.

Tanto a UP como o então director da FMUP, José Agostinho Marques, foram condenados “por omissão de acção”. Ou seja, o tribunal entendeu que os dirigentes destas instituições deviam ter tido “uma conduta mais diligente no sentido da protecção da trabalhadora” em causa. A sentença, do mês passado, sublinha ainda que a “imagem e renome nacional e internacional” da instituição “não deve ficar refém de comportamentos humilhantes e discriminatórios como aqueles que foram infligidos” àquela docente.

Os factos que motivaram a condenação por assédio moral da UP foram cometidos por Acácio Rodrigues, então director do Serviço e Laboratório de Microbiologia (SLM) da FMUP, e Cidália Vaz, professora no mesmo serviço e investigadora no mesmo laboratório. Foram ambos igualmente condenados neste processo. O TAF do Porto deu como provado um conjunto de abusos cometidos por estes dois responsáveis nos oito anos em que a professora queixosa trabalhou na FMUP. Para a decisão são especialmente valorizados três episódios.

Em Março de 2007, as fechaduras das portas de acesso ao laboratório de microbiologia foram mudadas e a direcção não forneceu qualquer cópia da nova chave à professora. A sentença estabelece que o nome da docente constava da primeira lista de pessoas a quem seriam distribuídas cópias, mas foi riscado por ordem de Acácio Rodrigues. No ano seguinte, o mesmo docente, que era o regente da cadeira, entregou à professora queixosa 300 exames da disciplina de Microbiologia Médica I para correcção. Esta



A Universidade do Porto é a primeira universidade portuguesa condenada por assédio moral, segundo o Sindicato dos Professores do Norte

tinha um fim-de-semana para rever as quatro primeiras páginas e mais duas perguntas da quinta página de todas as provas. A restante página e meia do exame foi assegurada pelos outros cinco docentes da disciplina. Foram “duas distribuições desproporcionais de exames”, valoriza o tribunal. Noutro exame, o mesmo professor forçou a queixosa a responder à prova ao mesmo tempo que os alunos. Para o tribunal, o “despropósito, a desnecessidade e a anormalidade da ocorrência têm aptidão suficiente para se considerar que a autora, enquanto docente, acabou por ter sido colocada, por Acácio Rodrigues, regente da disciplina, numa situação psicológica de constrangimento e inferioridade”.

A professora em causa foi contratada em 2004 como assistente convidada para leccionar a disciplina de Microbiologia. Logo na altura, Acácio

Rodrigues e Cidália Vaz enviaram uma exposição ao conselho científico da faculdade “contestando a contratação”, uma situação que o tribunal enquadra no quadro de uma desavença entre estes dois professores e o anterior director do SLM, responsável pela escolha desta docente.

7500 euros cada

Nos anos seguintes, os dois deram sucessivos pareceres negativos a todos os seus pedidos – desde a dispensa de aulas para conclusão de doutoramento à participação em congressos. Foi no seguimento de um parecer destes que, em Junho de 2011, o conselho científico da FMUP “deliberou não aprovar a prorrogação, por um biénio, do contrato, denunciando-o”, ainda que a professora queixosa tivesse “a melhor classificação, de entre os docentes do SLM, na avaliação efectuada pelos alunos através

dos inquéritos pedagógicos realizados no âmbito da reitoria da UP”, aponta o tribunal. A professora deixou a universidade nessa altura. Actualmente, dá aulas numa instituição de ensino superior privada.

O TAF estabeleceu que a indemnização a pagar será dividida pelos quatro condenados (7500 euros cada). A sentença ainda não transitou em julgado. E a UP vai recorrer da decisão, contestando a condenação por omissão de acção tendo em conta que os factos ocorreram num departamento de uma das suas 14 faculdades. Ou seja, para lá do controlo directo da reitoria. No recurso, apresentado na sexta-feira, a instituição diz não ter ficado “afirmada a ausência ou a omissão de uma conduta mais diligente” no sentido da protecção da professora. E contesta que tenha ficado provado que os factos em causa consubstanciam assédio moral.

Na sentença, é estabelecido que os dirigentes da UP tinham conhecimento do caso e podiam ter intervindo. “Nós tivemos uma reunião com o então reitor [Marques dos Santos] para expor a situação, já depois de termos tido duas reuniões com o director da FMUP, sem que nada tivesse sido resolvido”, conta ao PÚBLICO o dirigente do Sindicato dos Professores do Norte (SNP), Pedro Oliveira. O SNP, que faz saber que esta é a primeira vez em Portugal que uma universidade é condenada por assédio moral, assessorou a professora ao longo do processo. O assunto “só chegou a tribunal porque os contactos que fizemos não tiveram efeitos”, sublinha Oliveira.

Os três docentes condenados não responderam às questões colocadas por correio electrónico.

samuel.silva@publico.pt